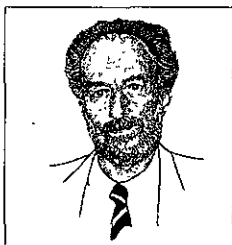


WASHINGTON NOVAES

Um caminho para a Amazônia

A discussão realizada na última sexta-feira pelo Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, sobre *Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e Certificação de Carbono*, com a presença de cientistas de diversas áreas, embora rica em informações e visões



Existe o risco de um processo de urbanização desregrado em região tão especial

prospectivas, mostrou o quanto ainda se está distante de um consenso nessa matéria. E, como a sociedade costuma ser muito rápida em suas ações, a falta desse consenso – traduzido em políticas públicas – pode significar a falta de providências inadiáveis, fatos consumados, avanços em direções indesejáveis.

Além das divergências (já comentadas em outros momentos neste espaço) quanto à possibilidade de as chamadas “florestas em pé” – isto é, florestas já existentes – poderem ou não candidatar-se a recursos do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas, vários outros conflitos de opinião estiverem presentes. Discutiu-se, por exemplo, por que o governo federal não deu seqüência às estratégias para a região esboçadas nas diretrizes estabelecidas em 1997 para uma Agenda 21 amazônica. Por que o “Brasil em Ação” prevê a abertura e/ou pavimentação de quatro grandes rodovias que, segundo o Instituto de Pesquisa da Amazônia, o Instituto Socioambiental e o Centro de Pesquisa Woods Hole, acarretarão o desmatamento de mais

180 mil quilômetros quadrados no Centro-Oeste e na Amazônia. Por que se continua pensando em expansão da fronteira agrícola na região, em lugar de programas de conservação e uso sustentável da biodiversidade. Se programas de incentivos fiscais – como o da Zona Franca de Manaus – são

ou não um caminho aceitável. E assim por diante.

Esses questionamentos vêm somar-se aos já levantados em estudo a respeito da Hidrovia Araguaia-Tocantins por uma coligação de ONGs – também já comentado neste espaço – e que igualmente mostram as inconveniências desse outro projeto do “Brasil em Ação”. As objeções questionam, da mesma forma, a expansão da fronteira agrícola no Centro-Oeste e na Amazônia, para ampliar a produção de soja, em detrimento de caminhos que, além de ambientalmente mais adequados, poderiam gerar mais postos de trabalho e renda.

Todas essas discussões evidenciam a necessidade de uma rediscussão sobre os modelos de desenvolvimento do Centro-Oeste e da Amazônia. A impressão clara que fica dos debates, até aqui, é que essas regiões continuam a ser pensadas segundo visões antigas, de territórios aos quais deve ser levado um “desenvolvimento” concebido de fora e de cima, incapaz de atender para as especificidades locais e os interesses da maioria da população. No máximo, poderiam atender aos

interesses de minorias, quase sempre vinculadas a um modelo exportador de itens a cuja produção os países industrializados/importadores renunciaram ou estão renunciando, dados os seus custos ambientais e/ou sociais.

Seria preciso, então, repensar, inventar um modelo capaz de atender à imensa maioria das populações – até para que não se vejam obrigadas a migrar para as periferias urbanas já inchadas e problemáticas. E atender, ao mesmo tempo, a um uso sustentável da biodiversidade, que pode ser o modelo específico e mais adequado. Um modelo capaz até mesmo de atender à diversidade de situações e subsistemas já existentes nessas regiões.

Exatamente porque não se discutem temas como esse, vai passando quase despercebida grave observação feita pelo professor Evaristo Miranda, do Núcleo de Monitoramento Ambiental da Embrapa. Segundo ele, as fotos de satélites já apontam a existência de nada menos que 1.500 núcleos de urbanização na Amazônia, que não constam dos mapas oficiais. E isso, em sua visão, é um “processo irreversível”. Ou seja, a Amazônia já está em pleno processo de urbanização, antes que se tenha decidido o que fazer numa região tão especial.

Tal processo é fruto exatamente da ausência de políticas adequadas. A inexistência de políticas de correção das desigualdades regionais de renda e de serviços públicos, por exemplo, gerou as migrações descontroladas. Da mesma forma, a inexistência de políticas adequadas de emprego no Nordeste e no Centro-Oeste. Ou ainda a questão do minifúndio no Sul do País.

Ou a questão da concentração fundiária, origem dos sem-terra.

Todos esses problemas e distorções encontraram desaguadouro na Amazônia. No garimpo, por exemplo. Ou numa reforma agrária distorcida, que localizou na Amazônia mais de 88% das terras utilizadas para assentamentos nos últimos 30 anos – responsabilizando-se por mais de 50% do desmatamento na área (distorção só corrigida recentemente, com a proibição de assentamentos em áreas de floresta primária). Ou na migração descontrolada em busca das ocupações resultantes de processos como o da Zona Franca, fortes coadjuvantes no processo de favelização de Manaus, por exemplo.

Se o processo de expansão das frentes agropecuárias na Amazônia e no Centro-Oeste se der na direção que se esboça, com certeza vai-se ter um agravamento da situação social e ambiental – esta acrescida da degradação de recursos hídricos e erosão acentuada do solo, já observadas em outras partes do País.

Ainda é tempo de os formuladores de políticas atentarem para o que estão dizendo vários especialistas em muitos fóruns, inclusive nas propostas para a Agenda 21 da Amazônia e nas “Bases para a discussão da Agenda 21 brasileira”, que deverá ser lançada nas próximas semanas.

Se não for assim, não é difícil prever o desfecho: um processo de urbanização absolutamente desregrado, com graves conseqüências nas cidades e fora delas.

■ Washington Novaes é jornalista
E-mail: novaes@internacional.com.br

■ O artigo de João Mellão Neto, excepcionalmente, não é publicado hoje